

Diálogo sobre comunicação e emergências climáticas: desafios e transformações

Dialogue on communication and climate emergencies: challenges and transformations

Lara Correa ELY^{1*}, Rafaela Redin RUBERT¹

Artigo recebido em
27 de fevereiro de 2025

Versão final aceita em
3 de setembro de 2025

Publicado em
18 de junho de 2026

1 Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul
(PUCRS), Porto Alegre, RS,
Brasil.

* E-mail de contato:
laracorreaily@yahoo.com.br

Resumo: O texto aborda a relevância da comunicação no contexto das emergências climáticas, destacando os desafios e transformações necessárias para enfrentar os desastres socioambientais. A partir da realização de um painel discente durante o XVI Seminário Internacional de Comunicação da PUCRS (Seicom), o artigo toma como base os assuntos abordados no evento científico para discutir a necessidade de diálogos eficazes que considerem a complexidade dos fenômenos climáticos e suas implicações sociais, econômicas e ambientais. Assim, por meio da metodologia exploratória teórica, busca refletir como as nuances e múltiplos papéis da comunicação podem ser aprimorados e melhor desenvolvidos, no sentido de mitigar os efeitos das mudanças climáticas. A proposta é pensar a comunicação como estratégia para educar e mobilizar o público, promovendo justiça climática e inclusão, especialmente para grupos em situação de vulnerabilidade como mulheres, comunidades indígenas e populações periféricas. Por fim, traz aprendizados que enfatizam a importância do diálogo, da perspectiva de gênero e raça e da ética do cuidado na construção de estratégias comunicacionais que fortaleçam a resiliência comunitária e a ação coletiva frente às crises climáticas.

Palavras-chave: comunicação; diálogos; justiça climática; cuidado; desastre socioambiental.

Abstract: The text addresses the relevance of communication in the context of climate emergencies, highlighting the challenges and necessary transformations to confront socio-environmental disasters. Based on a student panel held during the 16th International Communication Seminar at PUCRS (Seicom), the article draws on the topics discussed at the scientific event to explore the need for effective dialogues that take into account the complexity of climate phenomena and their social, economic, and environmental implications. In this regard, it seeks to reflect on how the nuances and multiple roles of communication can be improved and further developed to help mitigate the effects of climate change. The proposal is to consider communication as a strategy to educate and mobilize the public, promoting climate justice and inclusion, especially for groups in vulnerable conditions such as women, indigenous communities, and marginalized populations. Finally, the text offers insights that emphasize the importance of dialogue, gender and racial perspectives, and the ethics of care in building communication strategies that strengthen community resilience and collective action in the face of climate crises.

Keywords: communication; dialogues; climate justice; care; socio-environmental disaster.

1. Introdução

“A incapacidade de conceber a complexidade da realidade antropossocial, em sua microdimensão (o ser individual) e em sua macrodimensão (o conjunto da humanidade planetária), conduz a infinitas tragédias e nos conduz à tragédia suprema”, já dizia Morin (2015, p. 13). Para o filósofo e sociólogo francês a

redução do complexo ao simples causa a “inteligência cega”, aquela que não permite ver esse múltiplo “tecido de acontecimentos” e “acazos, que constituem nosso mundo fenomênico” (Morin, 2015, p. 13). Neste sentido, pensar de forma complexa é entender que o sujeito não é apenas um “ruído”, uma perturbação, como aponta a ciência tradicional (Morin, 2015, p. 40). Ele é parte desse todo, que também o constitui. A partir de Morin, vamos às enchentes que atingiram o Sul do Brasil para pensar os pontos cegos da comunicação enquanto atividade complexa.

As inundações e deslizamentos que atingiram o Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024, causaram 184 óbitos confirmados, 806 feridos e 25 pessoas que seguem desaparecidas, ainda em 2025, além de danos ambientais, estruturais, econômicos, sociais e tantos outros, imensuráveis (Defesa Civil RS, 2025). No período, foram registrados entre 700 e 1.000 milímetros de chuva, correspondentes a 40% do volume médio anual previsto para todo o estado (Paiva et al., 2024). Com 478 dos 497 municípios gaúchos atingidos, mais de 2,3 milhões de pessoas foram afetadas, sendo cerca de 160 mil apenas em Porto Alegre. Em 2023, outras três enxurradas, nos meses de junho, setembro e novembro, já haviam causado 55 mortes no RS (G1 RS, 2024).

Uma sequência de fenômenos extremos, como a registrada no sul do Brasil, é uma das principais problemáticas trazidas pelo *Global Risks Report* (World Economic Forum [WEF], 2025) e mostra que a incapacidade de entendermos a complexidade antropológica, tal como aponta Morin (2015), nos conduz, também, a uma percepção sobre a falta de estratégias de comunicação de risco e crise que considerem esses cenários de desastres. Assim, este trabalho busca trazer para o horizonte da pesquisa a seguinte reflexão: o que fazer para que as estratégias de comunicação em tempos de emergência climática sejam preventivas e não apenas reativas?

Conceitualmente, desastres são tidos como eventos pontuais, “um tipo de crise aguda, caracterizada como uma situação emergencial na qual, numa circunscrição geográfica reduzida – vista como cenário – os elementos materiais e as pessoas são compreendidos como estando ‘por um triz’” (Valencio, 2012, p. 7-8). Porém, adotamos aqui o conceito de desastre socioambiental trazido por Koelzer e Bousfield (2020, p. 2), que apontam que o termo socioambiental é “uma forma de evitar a descontextualização da realidade, levando em consideração o aspecto social do fenômeno” e tudo que ele envolve, em contraposição aos termos natural ou ambiental.

Como diz Valencio (2012, p. 8), o termo “natural” escamoteia “outras possibilidades interpretativas” em que “os desastres não se apresentam como algo inusitado, tampouco ingovernável, mas como uma desorganização repentina dos elementos socioambientais que compõem um espaço restrito”.

Morin (2002; 2013) percebe a crise climática como parte de um contexto mais amplo que exige uma abordagem política baseada no pensamento complexo, que une a razão e o sentimento, a ciência e a cultura, o local e o global. Em *Os sete saberes necessários à Educação do Futuro* (2002), o sociólogo defen-

de que o pensamento complexo é essencial para lidar com a imprevisibilidade e a incerteza do mundo. Isso inclui ensinar a consciência planetária, assumindo uma perspectiva em que “processos econômicos, ideológicos e sociais estão de tal maneira imbricados que se tornam verdadeiro desafio para o conhecimento”. Isso não revela, necessariamente, a faceta de ingovernabilidade do desastre, “mas requer novos saberes capazes de civilizar a terra e fazer dela uma verdadeira pátria”. Neste sentido, a “estratégia política também requer o conhecimento complexo, porque ela se constrói na ação com e contra o incerto, o acaso, o jogo múltiplo das interações e retroações” (Morin, 2015, p. 13).

Ao destacar a distinção entre informação e comunicação, Wolton (2010, p. 12) enfatizava que “A informação é a mensagem. A comunicação é a relação, que é muito mais complexa”. Na sua teoria política da comunicação, o sociólogo francês argumenta que, enquanto a informação se refere à transmissão de dados, a comunicação envolve a interação e o entendimento entre indivíduos, tornando-se um processo mais intrincado e desafiador. Ele ressalta que a revolução do século XXI não é apenas sobre a disseminação de informações por meio de tecnologias avançadas, mas sobre as condições de aceitação ou rejeição dessas informações pelos diversos receptores, cada um com perspectivas únicas. Essa complexidade salienta a importância de se valorizar a comunicação como uma relação humana profunda, que vai além da mera transmissão dos conteúdos. Nesta perspectiva relacional, entende-se que o compartilhamento dessas mensagens não nos torna capazes de compreender os fatos ou ter consciência necessária para promover mudanças.

O comunicador aqui, como sugere Moraes (2022), tem consigo instrumentos de poder para confrontar este contexto em franca transição. Cenário em que urge falar sobre mudanças climáticas e seus efeitos, como os deslocamentos populacionais, perdas de renda, impactos na saúde pública, déficits cognitivos e comportamentais na população, entre outros. Ao perceber a pauta como uma “arma de combate” a este tipo de situação, a autora convida a uma reflexão sobre o abandono da ideia de neutralidade e do “falso equilíbrio no jornalismo” (Moraes, 2022), fazendo um chamado ao posicionamento e à consciência da função socioambiental da comunicação em tempos de emergências.

Parte-se do pressuposto de que a comunicação eficaz sobre emergências climáticas é fundamental para educar e mobilizar o público na adoção de medidas que enfrentem a crise causada pelas mudanças climáticas. Diferentes experiências, contextos culturais e valores comuns são envolvidos no contexto da crise, mas sua capacidade de reação frente ao episódio ocorrido varia de acordo com múltiplos fatores, entre os quais estão marcadores como posição social, gênero, raça, local de habitação, rede de suporte e capacidade de recuperação econômica.

É sobre isso que se desenvolve o conceito de justiça climática: que as mudanças climáticas sejam analisadas e combatidas com o viés da responsabilização daqueles que efetivamente deram causa ao desequilíbrio constatado e que

possuem mais condições de enfrentá-las – principalmente países e empresas do Norte Global –, evitando-se, assim, a socialização dos ônus climáticos e a privatização dos bônus. Em suma, “significa que aqueles que, historicamente, se beneficiaram e se desenvolveram com as emissões de gases de efeito estufa acumulados até hoje na atmosfera não podem compartilhar com os demais a responsabilidade pelos prejuízos e impactos das mudanças climáticas” (Louback, 2022, p. 32). Isso parte, também, de uma conscientização enquanto processo, não exigência. “É um caminho de muitas perguntas, e não um caminho moral, mas de responsabilidade política. É o reconhecimento de algo: o que eu faço com o que eu sei, agora?” (Kilomba, G., 2018, citado em Moraes, 2022, p. 21).

Condições de resiliência socioemocional, para as quais contam aspectos comportamentais, capacidade de seguir em frente e recuperação ante as incertezas sobre o futuro, somam-se a essa lista de atributos que impactam na forma como cada grupo reage e se comunica diante das situações de estresse causado pelas crises das mudanças climáticas.

A fim de ressignificar a experiência vivida, pesquisadores do programa de pós-graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) realizaram o painel *Comunicação e Emergências Climáticas: Desafios e Transformações* durante o XVI Seminário Internacional de Comunicação (Seicom), em novembro de 2024. O propósito foi fomentar o debate acadêmico e refletir coletivamente, por meio do diálogo, sobre as formas de exercer a comunicação, aprofundada a partir da dimensão do real e experimentando mapear discursos nos novos imaginários apocalípticos (Armano et al., 2023).

Este artigo, que usa muito o conceito de diálogo, o entende como a “palavra que atravessa” e o que acontece entre pessoas, como um processo contínuo “de novos conteúdos que passam a ser comuns aos participantes” (Scroferneker et al., 2016, p. 8-9). Os cenários democráticos “solicitam o diálogo como gesto capaz de produzir resultados comunicacionais supostamente mais justos e legítimos, como promessa de solução de conflitos” (Mafra & Marques, 2017, p. 83).

Mas, sendo ou não uma promessa, ele “aparece como possibilidade de conectar sujeitos plurais, afetados por situações problemáticas em contextos específicos”, e que, não dialogar é “sobrepular a diferença, desconsiderando o valor do outro, e de instalar práticas não democráticas de ação” (Mafra & Marques, 2017, p. 89). O diálogo, então, pode ser visto como o centro dos processos comunicacionais e de compreensão da alteridade, favorecendo a cooperação, o sentido de pertencimento dos sujeitos e de constituição de vínculos entre estes e a organização (Scroferneker et al., 2016).

Com a presença de profissionais que atuaram no enfrentamento às enchentes, o evento¹ possibilitou, então, através do diálogo entre esses diferentes

1 Painel discente organizado durante o XVI Seicom, na Famecos – PUCRS, em Porto Alegre.

interlocutores, a construção de um panorama sobre a função socioambiental do comunicador, o qual é descrito no presente trabalho. Contextualizado anteriormente, este artigo tem, portanto, o objetivo de mapear e analisar pontos de atenção levantados durante o evento pelos palestrantes, em relação à comunicação de risco no contexto da emergência climática. As abordagens de estudo passam por conceitos que dialogam com a perspectiva de gênero, raça, justiça climática, comunicação pública, comunicação organizacional, jornalismo socioambiental e, por fim, a perspectiva do cuidado (Brugère, 2023).

Assim, a partir da organização das falas proferidas no evento, buscou-se realizar a estruturação de pontos prioritários a serem observados na construção dos estudos da comunicação socioambiental. Diante da complexidade do cenário acima descrito, o presente artigo busca compreender os múltiplos papéis da comunicação enquanto campo de pesquisa e atuação profissional, reconhecendo seus limites e oportunidades.

2. Metodologia

Para a construção deste artigo, foi utilizada a metodologia exploratória teórica, por meio de pesquisa bibliográfica. O intuito foi mapear e analisar os assuntos levantados pelos palestrantes durante o painel discente do XVI Seicom, realizado em novembro de 2024, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é a etapa “(...) desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 50). Stumpf (2006, p. 51) considera que a pesquisa bibliográfica é “(...) o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado (...)”.

Através da pergunta “*o que fazer para que as estratégias de comunicação em tempos de emergência climática sejam preventivas e não apenas reativas?*”, os pontos trazidos pelos participantes entram em diálogo com autores que propõem reflexões sobre os temas, considerando os múltiplos papéis da comunicação e como podem ser aprimorados e melhor desenvolvidos, no sentido de mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

3. Perspectiva de gênero, raça e a justiça climática

De acordo com a Agência das Nações Unidas para Refugiados (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados [ACNUR], 2024), as mudanças climáticas afetam desproporcionalmente diferentes grupos sociais, exacerbando desigualdades existentes:

No Brasil, o aumento de eventos climáticos extremos, como enchentes severas, secas e incêndios, impacta milhões de pessoas anualmente, alterando dinâmicas de des-

locamento forçado. Na região Amazônica, secas severas e a degradação ambiental afetam desproporcionalmente comunidades indígenas e tradicionais, limitando sua mobilidade e acesso a serviços essenciais. No estado de Roraima, aproximadamente 12.000 indígenas refugiados da Venezuela enfrentam desafios adicionais para acessar seus direitos e oportunidades de integração local adaptadas às suas necessidades socioculturais. Já no estado do Acre, as populações vulneráveis lidam com uma combinação de fluxos migratórios e eventos climáticos extremos, agravando sua situação de risco e exclusão social. (ACNUR, 2024, p. 2).

Mulheres, especialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade, frequentemente enfrentam maiores riscos e desafios relacionados ao tema. Diante disso, é essencial adotar uma perspectiva inclusiva nas estratégias de comunicação e ação climática, garantindo que as vozes e necessidades de todos os grupos sejam consideradas. Durante os episódios de inundações no Rio Grande do Sul, a ocorrência de assédios e abusos nos abrigos montados para acolher os refugiados climáticos foi denunciada pelos abrigados e visibilizada pela mídia. Estes relatos levaram à articulação de grupos sociais e identitários para criação de redes de proteção feminina e infantil, como é o caso dos abrigos voltados apenas para mulheres e crianças (Plentz, 2024).

Destaca-se aqui uma abordagem do papel central feminino em situações de emergência, problematizando a dualidade sob a qual as mulheres são vistas nestes contextos (vulnerabilidade *versus* resiliência). Ao trazer a perspectiva da cultura do cuidado, Brugère (2023, p. 20) percebe que há uma atribuição “natural” do cuidar à mulher referente a estereótipos que se tornaram identidades sexuadas. Neste sentido, ao prestar atenção ao outro, as mulheres adotam “comportamentos que a sociedade não valoriza, uma vez que estes não veiculam valores baseados no espaço público e no sucesso individual” (Brugère, 2023, p. 32). Portanto, “a perspectiva do cuidado, ao contrário da perspectiva da justiça, supõe uma proteção e um reconhecimento da voz das mulheres, sobretudo porque, no dia a dia, são as mulheres que sustentam essa orientação moral” (Brugère, 2023, p. 49).

Perante a existência de eventos extremos mais frequentes, a atuação feminina nos desafios do cuidado é uma consequência direta da nova realidade climática vivenciada de forma mais intensa em regiões periféricas e países de terceiro mundo (Brugère, 2023; ACNUR, 2024). Neste caminho, os estudos de Brugère sobre a ética do cuidado em uma perspectiva feminista têm sido importantes contribuições a este campo que articula a interseção entre questões de gênero e meio ambiente. O movimento traz uma crítica às relações de dominação que o capitalismo, o patriarcado e a exploração ambiental impõem. Esta abordagem não só identifica as desigualdades entre os sexos e o abuso dos recursos naturais, mas também busca questionar as estruturas que perpetuam esses abusos.

Brugère argumenta que a visão feminina e feminista deve, assim, ir além de uma simples solidariedade para com as mulheres que sofrem com as mudanças climáticas. Ela propõe uma transformação nas formas de pensar e agir

diante da crise ecológica, oferecendo um novo olhar sobre a relação entre os seres humanos e a natureza. Enfatiza a importância de uma ética de cuidado, de uma abordagem que rejeita a lógica de exploração e que promova uma convivência mais harmoniosa com o ambiente. Num mundo onde, a qualquer momento, qualquer pessoa pode ser ou estar vulnerável, a “vulnerabilidade atesta a fragilidade e a invisibilidade das vidas reais não somente social, mas também vital e ambientalmente” (Brugère, 2023, p. 46).

Porém, com uma diferença: um fosso é cavado a cada dia entre os que nada têm – e estão suscetíveis a mudar de posição (por causa do desemprego, da precariedade, da exclusão, das inundações e terremotos em países pobres ou instáveis politicamente) – e aqueles que podem acreditar que são poderosos e produtivos. O ser humano não é somente um sujeito de direitos, mas uma pessoa cuja potência de vida ou cujo poder de dizer e de agir podem ser impedidos. A vulnerabilidade é um fardo tanto maior a ser carregado quanto mais ela incide sem motivo sobre alguém, a despeito das próprias capacidades dos sujeitos: (...). (Brugère, 2023, p. 46).

Ao analisar esta perspectiva do cuidado sob a ótica da autora, cabe destacar que a ação e mobilização da comunicação pública bem como da ação de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade durante as inundações no Rio Grande do Sul em 2024, em um primeiro momento, desconsiderou esses marcadores específicos, levando a uma atuação mais massiva e imediatista de socorro. Posteriormente, apenas diante de denúncias, se considerou a criação de abrigos e zonas de acolhimento dedicadas exclusivamente a este público.

De fato, as emergências climáticas reproduzem e ampliam todas as desigualdades, sobretudo marcadores de gênero, de raça e classe social, além de questões de idade e de deficiências, afetando de forma mais intensa as mulheres. Tanto assim que o ACNUR (2024) diz que 85% das populações mundiais que estão em deslocamentos forçados são mulheres e meninas. De forma complementar, o relatório do *Internal Displacement Monitoring Centre* (IDMC), intitulado “*Gender Dynamics in Internal Displacement*” (IDMC, 2023), enfatiza como as mulheres são desproporcionalmente afetadas por deslocamentos internos causados por desastres climáticos, como inundações. A publicação aponta que elas enfrentam riscos aumentados de violência baseada em gênero, perda de meios de subsistência e acesso limitado a serviços essenciais, como saúde e educação, durante deslocamentos causados por desastres. Com a migração de homens em busca de trabalho, as mulheres frequentemente assumem o papel de chefes de família, cuidando de crianças, idosos e gerenciando tarefas domésticas em condições precárias.

Nesse impacto desproporcional, há que se pensar na violação dos corpos femininos e no trabalho histórico de cuidados – que se acentuam enormemente em situação de desastres e guerras. Essa situação foi evidenciada nos abrigos ou alojamentos provisórios montados para acolher as vítimas das enchentes no RS.

Como ponderou Márcia Soares: “*Tudo que existe dentro de uma comu-*

nidade vulnerável se desloca para dentro dos alojamentos provisórios sem as redes de proteção – os abusos, os assédios, as violências” (Famecos PUCRS, 2024, 1h14min31s). Esta foi uma das denúncias que chegaram à organização de acolhimento aos direitos das mulheres Themis, e foi uma das falas trazidas pela diretora executiva e destacada acima durante o painel realizado no XVI Seicom. Segundo Márcia, “a lentidão do Estado em atender às necessidades imediatas das populações afetadas agrava essa sobrecarga, forçando as mulheres a liderar a proteção e acolhida nos abrigos, onde a maioria das pessoas deslocadas são mulheres negras”. Neste contexto, as redes de apoio emergem, por sua vez, entre elas mesmas, tornando-se fundamentais no resgate, na prevenção de violências, na assistência a partos e na reconstrução da vida comunitária. Em relação ao papel do Estado, a visão da especialista no tema da violência de gênero é de que os planos de resposta do poder público ainda negligenciam essa realidade, falhando em integrar protocolos eficazes de prevenção e atenção. A comunicação, segundo Márcia, é um eixo central nessa dinâmica, pois a informação chega muitas vezes por meio de lideranças comunitárias. É urgente diversificar os canais de disseminação – por meio de panfletos, redes sociais, WhatsApp – e garantir acessibilidade em múltiplos idiomas, além de considerar a exclusão digital de populações sem celular ou sem bateria. “Apenas uma abordagem comunicacional inclusiva e estruturada pode fortalecer a resiliência das mulheres na linha de frente da emergência climática”, afirmou a palestrante.

Aqui, podemos verificar como a justiça climática está intrinsecamente ligada à pauta de gênero, pois as mulheres, especialmente as negras e periféricas, enfrentam desvantagens múltiplas diante dos impactos das mudanças climáticas. A opressão de gênero, assim como outras formas de desigualdade social, como o racismo e a marginalização de populações em situação de vulnerabilidade, é exacerbada pela crise ambiental. Nisto, o conceito de justiça ambiental surge novamente como ponto de convergência entre essas questões, destacando a necessidade de ações que envolvam a equidade de gênero, a promoção dos direitos das mulheres e o combate às desigualdades no enfrentamento dos impactos climáticos.

Segundo Louback (2022), o termo justiça ambiental é um movimento que nasceu nos Estados Unidos, na década de 1980 a partir das lutas dos grupos de base ou de raiz (*grassroots*), para combater a alocação de instalações de resíduos poluentes e perigosos, como aterros sanitários, em áreas majoritariamente habitadas por populações negras e imigrantes. Os grupos afetados perceberam que empreendimentos poluentes e perigosos eram especificamente direcionados de acordo com as características raciais das comunidades, por isso o termo racismo ambiental. Mesmo comunidades negras com maior poder aquisitivo eram alvo dessas instalações, enquanto comunidades brancas de menores condições financeiras não costumavam ser escolhidas como destino para tal alocação, demonstrando que o fator renda não era decisivo. Um dos primeiros casos conhecidos sobre o tema aconteceu no condado de Warren, Carolina do

Norte (EUA), no ano de 1982. A população da comunidade de Afton, majoritariamente negra, protestou contra a construção de aterro sanitário de resíduos tóxicos. Foram seis semanas de marchas e protestos de rua não violentos e de bloqueios de estradas para que os caminhões com resíduos não chegassem à comunidade. Porém, a comunidade não conseguiu conter o despejo do lixo em Afton e mais de 500 pessoas foram presas, o que configurou as primeiras prisões da história dos Estados Unidos por razões ambientais. A partir de eventos como esse, as pessoas afetadas, aliadas a acadêmicas e acadêmicos, começaram a pesquisar e a produzir conhecimento a respeito da injusta alocação de resíduos perigosos em comunidades majoritariamente negras.

Conforme Dakir Larara Machado da Silva (Famecos PUCRS, 2024), geógrafo e um dos painelistas, as populações mais vulnerabilizadas, especialmente as mulheres negras que residem em áreas de risco elevado, como morros e encostas propensas a deslizamentos, têm maior dificuldade em acessar políticas de prevenção e assistência. Essas áreas, segundo ele, são historicamente associadas à maior presença de populações negras e à falta de visibilidade e políticas públicas adequadas, fato que intensifica a opressão e a exposição dessas pessoas aos riscos ambientais. Assim, a justiça climática deve integrar questões de gênero e racismo para garantir a participação ativa de todos, especialmente das mulheres, na definição de estratégias para mitigação e adaptação aos impactos ambientais.

Esse processo de mobilização e conscientização, que deve incluir um entendimento profundo do fenômeno climático e de como ele afeta diferentes grupos sociais, é essencial para a construção de um futuro mais justo e sustentável, onde a vulnerabilidade das populações marginalizadas deve ser considerada para nortear ações estratégicas por parte dos comunicadores.

Neste sentido, a criação de espaços de diálogo entre a população e os órgãos governamentais, como os exemplos de articulação interinstitucional com universidades, é fundamental para aumentar a resiliência das comunidades. Esses espaços devem permitir a troca de experiências e o compartilhamento de informações, o que contribui para a construção de protocolos de comunicação que envolvam de forma mais ampla os atores sociais e políticos. Em particular, é necessário que a comunicação seja eficaz e inclusiva, promovendo a compreensão sobre os fenômenos climáticos e suas consequências para diferentes grupos identitários, como as populações costeiras que vivem em áreas de risco, lagoas e litorais.

4. As organizações e a comunicação pública no contexto dos desastres

Sob a lente da complexidade, a comunicação é sempre uma possibilidade. E “a perspectiva complexa da comunicação nos faz crer que ela não apenas está na organização, mas é parte dela, constituindo-a e permitindo-a existir como tal” (Scroferneker et al., 2023, p. 19), revelando sua recursividade de ser produto e

produtora da realidade social e reforçando a importância da comunicação nos ambientes organizacionais, que promovem sua auto-eco-organização.

Entendendo as organizações como esses sistemas complexos, que compreendem, ao mesmo tempo, “um viés normativo, funcional, racional” e, de forma dialógica, todas as dimensões “subjetivas, humanas, simbólicas, relacionais” que surgem delas (Scroferneker et al., 2016, p. 4), a comunicação organizacional, portanto, contempla todas as interações comunicacionais realizadas no contexto das organizações, sejam elas públicas, privadas e do terceiro setor (Lima, 2008).

Neste sentido, quando falamos de mudanças climáticas, desastres e populações vulnerabilizadas, assunto abordado no tópico anterior, as organizações desempenham um papel crucial. Elas têm a responsabilidade de desenvolver e implementar estratégias de comunicação que informem e engajem seus públicos, promovendo comportamentos mais sustentáveis e resilientes. No contexto de desastres, as ações organizacionais se dão tanto no momento da crise – oferecendo suporte aos colaboradores, renegociando prazos e entregas com fornecedores e desenvolvendo ações de impacto nas comunidades em que estão inseridas – quanto também incorporando vieses de risco climático no contexto de sua atuação. Conforme apontou o *Global Risks Report* (WEF, 2025), o risco climático associado à desinformação está entre os principais desafios das organizações no longo prazo. Assim, a comunicação pública no contexto organizacional tem uma missão estratégica que vai além do gerenciamento da reputação, preparando essas ações de mitigação e comunicando de forma oficial e confiável.

Revisitando a literatura sobre comunicação pública, encontramos pontos importantes sobre o seu potencial de favorecer a criação de um ambiente de intercâmbio onde floresça o capital social, atribuído por ela como uma rede social de interações informativas, que gera debates e participação e “promove valores que aumentam a coesão social” (Matos, 2012, p. 57). Nesta medida, segundo o autor, a comunicação pública representa uma ação coletiva cujo objetivo é a tomada de decisões consensuais para benefício mútuo.

Na sua atuação cotidiana, essa comunicação no contexto da organização pública é encarregada, entre muitas ações, de disponibilizar a informação ao público, apresentar os serviços da administração, de tornar a instituição conhecida e de estabelecer relações e diálogos (Zémor, 2012). Aqui, o diálogo é, novamente, fundamental na nossa proposta de reflexão e pode ser visto como o centro dos processos comunicacionais e de compreensão da realidade, favorecendo a cooperação, o sentido de pertencimento dos sujeitos e de constituição de vínculos entre estes e a organização (Scroferneker et al., 2016).

E é por meio desse diálogo que professores e pesquisadores universitários, agências, coletivos e profissionais liberais viram, durante as inundações de maio de 2024 no Rio Grande do Sul, a necessidade de levantar informações sobre ações de marcas e empresas e a oportunidade de criar e reunir estraté-

guias de comunicação para auxiliar pessoas que se encontravam em situação de vulnerabilidade (Silva et al., 2024).

O levantamento realizado pela UFRGS sobre a atuação da comunicação organizacional empresarial no contexto das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul revelou a necessidade de respostas rápidas para conseguir prestar algum tipo de serviço. Segundo Diego Wander Montagner (Famecos PUCRS, 2024), professor e palestrante no XVI Seicom, o fato de vivenciarem essa realidade motivou uma série de projetos de extensão desenvolvidas pelas organizações.

Neste âmbito, notou-se que entre as formas de apoio das organizações estava a produção de conteúdos estratégicos para apoiar agentes de impacto em situação de crise. Aqui, cabe destacar que a comunicação pode ajudar a minimizar os efeitos dos desastres socioambientais por meio de educomunicação, informações úteis e suporte emocional. A produção de Guias Rápidos (Pró-Reitoria de Extensão [PROREXT], 2024) com conteúdo relevante para aquele momento foi outro exemplo de iniciativa que tinha como propósito documentar os episódios, apoiar com metodologias e recomendações pessoais que trabalhavam nos abrigos, considerando o contexto de fragilidades e vulnerabilidades. Em diálogo com voluntários de abrigos – em sua maioria montados de improviso – e com agentes de impacto, o grupo sondou quais eram as questões mais frágeis de comunicação, criou formulários para ouvir as visões nas suas pluralidades, e gerou um conjunto de recomendações validadas por esses agentes.

Nesses guias há direcionamentos sobre: Sinalização em espaços de abrigos; Combate à desinformação; Gestão de grupos no *WhatsApp*; e Colaboração em iniciativas de voluntariado, por exemplo. A produção de materiais como estes, por pesquisadores e profissionais de comunicação, se fez necessária diante da dificuldade de acesso às soluções, da falha dos alertas dos órgãos públicos e das inúmeras divergências em termos de comunicação e gestão da informação vividas pelos voluntários e pelos atingidos no contexto de emergência. A entrega, que desde então pode servir para futuros episódios de crises, é um espaço sistematizado de documentos relevantes sobre o assunto e mostra, de forma real e responsável, como a comunicação e os comunicadores podem atuar em situações de desastres para ajudar as comunidades vulnerabilizadas.

5. O jornalismo socioambiental e a imprensa

Assim como a comunicação empresarial, pública e aquela realizada por agentes comunitários, o jornalismo socioambiental desempenha um papel fundamental na conscientização sobre as mudanças climáticas. Em um cenário onde a crise ambiental mostra-se mais intensa a cada ano, jornalistas têm a responsabilidade de reportar com precisão e profundidade os desafios e as soluções relacionadas ao tema, influenciando políticas públicas e comportamentos individuais e coletivos.

Mais do que apenas informar, a cobertura midiática deve ser contextuali-

zada, destacando as implicações sociais e econômicas das mudanças climáticas e amplificando as vozes das comunidades mais afetadas. De acordo com Rodas e Di Giulio (2017, p. 104), “compreender como a mídia tem divulgado tais questões associadas às mudanças climáticas constitui-se como importante desafio colocado aos pesquisadores que se debruçam sobre a tríade ciência, comunicação e sociedade”. Ainda, segundo os autores, a mídia desempenha papel-chave na construção das percepções e agendas públicas sobre o fenômeno.

(...) é possível observar que a questão climática ganhou maior espaço na mídia a partir de 1997, com a elaboração do Protocolo de Quioto, tratado internacional lançado naquele ano que propôs aos países desenvolvidos signatários um calendário para a diminuição da emissão de GEE. Os embates em torno do conteúdo e da ratificação do Protocolo de Quioto entre os diversos países adensaram as discussões políticas e acadêmicas sobre as mudanças climáticas (Giesbrecht et. al, 2015), refletindo em uma maior atenção da mídia sobre o assunto (Anderson, 2009 citado em Rodas & Di Giulio, 2017, p. 103).

No Brasil, a mobilização da mídia para a pauta ambiental no Brasil ganhou força com a ECO-92², momento em que os principais veículos da época criaram editorias de meio ambiente. Estes eventos ajudaram a consolidar o debate sobre sustentabilidade na agenda jornalística global. No Brasil, a ECO-92 foi um marco na sensibilização da imprensa para a cobertura ambiental. Segundo Trigueiro (2017), neste período inaugurou-se um novo olhar sobre os impactos ambientais e a necessidade de acompanhar continuamente as discussões climáticas.

Diante desse contexto, surge o desafio de formar comunicadores preparados para abordar as questões socioambientais com profundidade e responsabilidade. Conforme Trigueiro (2017), é essencial que o jornalista socioambiental seja colocado em contato com a realidade dos problemas que irá cobrir. Para tanto, a reportagem *in loco* possibilita a vivência dos impactos ambientais e sociais, proporcionando uma abordagem mais humanizada e assertiva. Além disso, é fundamental que o profissional em formação ocupe espaços além das regiões centrais dos conglomerados urbanos e amplie sua presença nas periferias, onde os efeitos das catástrofes climáticas são mais severos e frequentemente subnotificados.

Inspirado na prática e teoria de Trigueiro e na cobertura que realizou da ECO-92, o painelistas e professor Roberto Villar Belmonte (Famecos PUCRS, 2024) defende a ideia de que a formação de comunicadores que compreendam a relevância da pauta das emergências climáticas é tão desafiadora quanto a busca por soluções de comunicação para os problemas dos desastres:

Como desafio, para mim, isso que tá acontecendo aqui, hoje de noite, é o desafio das soluções de comunicação: conseguir juntar todas as pontas da justiça climática

2 II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, entre 3 e 14 de junho de 1992.

para pensar soluções de comunicação juntos. [...] Esse para mim é o grande desafio, porque são vários interesses na mesma mesa e construir soluções assim exige muito esforço, exige muito diálogo, exige muita formação. (Famecos PUCRS, 2024, 16min45s).

Entre as soluções mencionadas por ele para fortalecer o jornalismo socioambiental, destaca-se a cobertura recorrente do tema por meio da criação de editorias específicas sobre o clima e o meio ambiente nos veículos de mídia. Estratégias como essa possibilitam um acompanhamento contínuo do tema e garantem maior visibilidade para os debates climáticos.

A prática jornalística, neste caso, não deve se limitar somente a reportagens esporádicas sobre catástrofes. É necessário que se torne uma cobertura constante, acessível e engajada na transformação da sociedade, contribuindo para um debate qualificado e ações concretas na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. No *Manual para a Cobertura Jornalística de Desastres Climáticos*, as autoras Amaral et al. (2024) apontam a importância de os jornalistas entenderem a complexidade das ameaças meteorológicas e hidrológicas que podem contribuir para a ocorrência de desastres. Enfatizam o uso de ferramentas jornalísticas modernas para informar de forma precisa e acessível, combatendo a desinformação. Destacam ainda a responsabilidade dos jornalistas em dar visibilidade às populações em situação de vulnerabilidade, colocando-os como aliados na luta por justiça climática e fortalecendo a necessidade de uma comunicação inclusiva e estratégica. Ainda, é importante refletir que muitos dos desafios associados à circulação de informações de qualidade não são apenas dos veículos jornalísticos, mas da própria sociedade, que frequentemente não tem acesso ou compreensão sobre esses temas. Mais do que o modelo de acesso pago, destaca-se hoje a dificuldade de visibilizar conteúdos gratuitos e relevantes em meio à lógica algorítmica das plataformas digitais. Nesse cenário, os veículos enfrentam obstáculos diversos – do financiamento limitado à concorrência desleal com a desinformação. Segundo levantamentos como o *Digital News Report* (Newman, 2024), a principal forma de consumo de notícias entre os brasileiros é no meio digital. Assim, o diálogo entre as partes envolvidas se faz necessário e fundamental para a construção de narrativas polifônicas, para amplificar as vozes de grupos minorizados. A partir das técnicas e sensibilidades comunicacionais, pode-se criar espaços para que os afetados pela pauta climática consigam reivindicar o cuidado dos entes públicos e privados, expressar suas necessidades e demandas locais e construir soluções em conjunto com outros atores do contexto socioambiental.

6. A perspectiva do cuidado

Como pudemos ver ao longo deste artigo, adotar uma perspectiva de cuidado na comunicação sobre emergências climáticas implica reconhecer a interdependência entre humanos e o meio ambiente. Esta abordagem promove a

empatia e a responsabilidade coletiva, incentivando ações que protejam tanto as pessoas quanto o planeta. Fomentar uma cultura de cuidado pode fortalecer a resiliência comunitária e a capacidade de resposta a crises climáticas.

Ao propor uma ética do cuidado, Brugère (2023, p. 30) aponta que ela deve ser pensada “a partir da descrição de situações de tensão em que atuam protagonistas submetidos a uma grande vulnerabilidade”. E quando falamos de ética ou cultura do cuidado, precisamos falar, principalmente, sobre o ato de cuidar e ser cuidado, sobre o bem-estar e a obrigação com esse bem-estar (Zack, 2009), nos contextos onde se encontram os sujeitos, suas crenças sociais e/ou culturais, suas histórias, e não apenas os valores, regras e leis (Brugère, 2023, p. 41).

Este compromisso, segundo Tronto (2008), não é aquele motivado por interesse próprio e, sim, o que busca um mundo melhor por meio da prática e disposição relativos à satisfação das necessidades e de respostas apropriadas. Sendo democrática e não exclusiva, a responsabilidade sobre os outros torna o cuidado um ato coletivo (Tronto, 2020).

Neste ponto, ao falarmos sobre responsabilidades, salientamos que o cuidado e a atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade são, normalmente, atribuídos aos órgãos públicos, como aponta Serra (2007), ao realçar que a informação é crucial em situações de risco, especialmente pelas organizações que lidam de perto com as catástrofes:

De facto, numa sociedade em que os cidadãos em geral e os media em particular tendem a atribuir, ao sistema político, a responsabilidade pela sua segurança e proteção contra toda a espécie de riscos, a ocorrência de uma situação de risco é, desde logo, assacada por esses cidadãos e esses media às decisões ou à ausência de decisões do governo e da administração, em especial aos seus elementos mais diretamente ligados à segurança pública. Cada ocorrência de uma situação de risco representa, por conseguinte, um problema para a credibilidade do sistema político em geral e do governo em particular. (Serra, 2007, p. 14).

Nesta mesma linha, outros pontos também podem ser levantados ao considerarmos “que são principalmente as organizações governamentais que possuem a capacidade material e administrativa para se preparar efetivamente para os desastres e responder a eles” (Santos & Serafim, 2020, p. 7).

A questão política está, desta forma, totalmente imbricada à ética do cuidado, que “conduz a uma política do cuidado e a uma reforma do Estado Social, que teria o valor de uma nova consolidação das políticas públicas à luz das grandes transformações atuais” (Brugère, 2023, p. 128). Se “as instituições sociais e políticas” – como estruturas sociais – “modelam nossos valores e nossas práticas”, nesse mesmo sentido, podemos ver “o vocabulário dos cuidados” como “um mecanismo [...] que maior potencial tem para transformar o pensamento social e político, especialmente a forma em que tratamos os ‘outros’” (Tronto, 2008, p. 16, tradução livre). Como nos sugerem as autoras, o que precisamos enfrentar nos novos tempos deve emergir de uma visão do

cuidado enquanto política pública, interconectado às ativações comunicacionais midiáticas, comunitárias e dos sistemas tanto público quanto privado.

No livro *Sociedade do Risco* (2011), o sociólogo alemão Ulrich Beck discute como as sociedades modernas lidam com os riscos, particularmente aqueles que surgem devido ao progresso científico e tecnológico. Em seu pensamento, Beck argumenta que a sociedade contemporânea vive em uma “sociedade do risco”, onde os perigos não são mais locais ou naturais, mas são globais e criados pelo próprio ser humano, como as mudanças climáticas, a poluição e os desastres nucleares (Beck, 2011). No atual processo de metamorfose do mundo (Beck, 2018), as nossas visões e certezas estão em constante mudança, como consequência da modernização bem-sucedida, tal como a digitalização, a cosmopolitização e o risco climático (Beck, 2018).

Beck (2018) também propõe que a forma como a sociedade lida com os riscos está intimamente ligada à necessidade de um novo tipo de responsabilidade e cuidado. Nesse sentido, ele sugere que o conceito de cuidado não deve ser apenas entendido de forma individual, mas como uma responsabilidade coletiva e global. Isso implica em uma ética de precaução, em que a prevenção e a atenção com o futuro e com as próximas gerações se tornem uma prioridade, uma vez que o risco global afeta todos, mas de maneiras diferentes, dependendo da classe social, gênero, raça e localização geográfica.

Diante dos desafios impostos pela comunicação em cenários de emergência, torna-se evidente que as trocas simbólicas e as emoções midiáticas desempenham um papel central no engajamento do público. Mais do que a informação racional bem apurada, são as emoções que mobilizam respostas e ações. O jornalismo socioambiental, por exemplo, muitas vezes não gera mudanças comportamentais tão significativas quanto as *fake news*, que exploram emoções e percepções sobre o assunto. Por isso, é urgente que a academia acelere pesquisas sobre a complexidade da comunicação nesses contextos, adotando um pressuposto baseado no cuidado e na comunicação responsável. Essa comunicação precisa ser intencional, cocriada com as comunidades envolvidas e não determinada exclusivamente por pesquisadores ou comunicadores privilegiados. Essa foi a visão trazida pela professora Rosângela Florczak de Oliveira (Famecos PUCRS, 2024) durante o encontro. Segundo a pesquisadora, modelos eficazes de comunicação devem emergir do diálogo, garantindo que as mensagens transmitidas sejam realmente funcionais e transformadoras.

7. Tessituras e aprendizados

Enquanto sujeitos, nos nossos múltiplos contextos, “somos produtores do objeto que conhecemos; cooperamos com o mundo exterior e é essa coprodução que nos dá a objetividade do objeto. Somos coprodutores de objetividade” (Morin, 2015, p. 111). Nesta linha, a atuação eficiente dos comunicadores socioambientais aponta para comportamentos de antecipação, empreende-

dorismo, educomunicação e cuidado, além de proximidade e conexão com movimentos periféricos.

As perspectivas apresentadas no painel do XVI Seicom, em novembro de 2024, e aqui trazidas e traduzidas sob a luz de pensadores da comunicação no Brasil e no mundo, corroboram para a reflexão sobre o papel do comunicador como produtor de sentidos, tal qual aponta Morin (2015). Especialmente, o trabalho reflete sobre o potencial do diálogo por meio da comunicação, que vai desde um debate acadêmico com pesquisadores de diferentes áreas até aquele que visibiliza os olhares e os anseios de pessoas em situação de vulnerabilidade, transformados em estratégias de comunicação entregues à sociedade. Assim, assuntos que, a priori, pareciam tão distantes como gênero, raça, justiça climática, comunicação pública, comunicação organizacional, jornalismo socioambiental e ética do cuidado dialogam e nos ensinam sobre o poder e o alcance da comunicação empática.

Os desafios vividos no tempo presente projetam um futuro em que somente nas intersecções e relações de interdependência se dá a construção de uma comunicação sustentável e consistente. Nesta era de emergências, o tom polifônico e multifacetado garante às narrativas uma abordagem de maior resiliência. Incorporar perspectivas de gênero e raça corrobora para discursos sobre justiça climática, mesmo em abordagens organizacionais ou em uma atuação especializada da mídia. Essa abordagem holística e transdisciplinar é fundamental para enfrentar os desafios impostos pelas consequências das mudanças climáticas. Por fim, a atuação colaborativa na construção de soluções e discursos revela-se como premissa necessária para o enfrentamento às crises ambientais e climáticas.

Agradecimentos

Aos participantes do Painel: Rosângela Florczak de Oliveira, doutora em Comunicação e Decana da PUCRS; Roberto Villar Belmonte, jornalista, professor da UniRitter, especializado em Jornalismo Ambiental; Diego Wander Montagner, relações públicas, professor e pesquisador da Fabico/UFRGS; Dakir Larara Machado da Silva, doutor em Geografia UFRGS, professor adjunto da UFRGS; Márcia Soares, fundadora e diretora-executiva da Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Agradecimento especial por contribuírem com seus pensamentos e ideias para inspirar nossa publicação, ao grupo de pesquisa CuidarCom, do PPGCOM/PUCRS, no qual dividimos há mais de um ano potentes trocas, pesquisas e reflexões sobre os temas da comunicação, crise e cuidado, aos nossos financiadores do mestrado e doutorado (CAPES), e aos demais discentes que atuaram na preparação do evento, tornando possível, amplo e democrático o debate: Janis Loureiro da Silva, Sílvia Franz Marcuzzo, Filipe Speck, Julia Machado Biasibetti, Tiara Vaz, Cláudia Campos e Ana Carolina Pinheiro de Oliveira.

Referências

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2024). *Climate & sustainability interventions*. ACNUR. <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2024-12/climate-sustainability-interventions-brazil-november24.pdf>
- Amaral, M. F., Loose, E. B., & Girardi, I. M. T. (2024). *Manual para a cobertura jornalística dos desastres climáticos*. FACOS-UFSM. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/290008>
- Armano, L., Barbalace, F., & Marzo, P. L. (2023). Editorial Board. *Im@go. A Journal of the Social Imaginary*, 22. <https://riviste.unime.it/index.php/IMAGO/issue/view/340>
- Beck, U. (2011). *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade* (2ª ed.). Editora 34.
- Beck, U. (2018). *A metamorfose do mundo: Novos conceitos para uma nova realidade*. Zahar.
- Brugère, F. (2023). *A ética do cuidado: Uma nova perspectiva ética para o mundo contemporâneo*. Editora Contracorrente.
- Defesa Civil RS. (2025, abril 25). *Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 24/4*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. <https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-24-4>
- Famecos PUCRS. (2024, novembro 27). *Seminário Internacional de Comunicação SEICOM – Painel* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/live/JwaI2v1ApVM?si=qDIJ0EWcDaNy3CLh>
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). Atlas.
- G1 RS. (2024, maio 5). *Mortes em enchentes no RS chegam a 55 e número supera tragédia de 2023*. G1. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/05/mortes-em-enchentes-no-rs-superam-tragedia-de-2023.ghtml>
- Internal Displacement Monitoring Centre. (2023). *Gender dynamics in internal displacement*. IDMC. <https://www.internal-displacement.org/publications/gender-dynamics-in-internal-displacement>
- Koelzer, L. P., & Bousfield, A. B. da S. (2020). Representações sociais de desastres socioambientais na mídia. *Revista Subjetividades*, 20(2). <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i2.e9193>
- Lima, F. (2008). Possíveis contribuições do paradigma relacional para o estudo da comunicação no contexto organizacional. In I. de L. Oliveira & A. T. N. Soares (Orgs.), *Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações* (pp. 109–127). Difusão Editora.
- Louback, A. C. (Coord.). (2022). *Quem precisa de justiça climática no Brasil?* Observatório do Clima.
- Mafra, R. L. M., & Marques, A. C. S. (2017). Topografias do diálogo nos contextos organizacionais. In *Comunicação organizacional: Vertentes conceituais e metodológicas* (Vol. 2). PPGCOM/UFGM.
- Matos, H. (2012). Comunicação pública, esfera pública e capital social. In J. Duarte (Org.), *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público* (3ª ed.). Atlas.
- Moraes, F. (2022). *A pauta é uma arma de combate: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Arquipélago Editorial.
- Morin, E. (2002). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Cortez & UNESCO.
- Morin, E. (2013). *A via para o futuro da humanidade*. Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2015). *Introdução ao pensamento complexo* (5ª ed.). Sulina.
- Newman, N. (2024). *Overview and key findings of the 2024 Digital News Report*. Reuters Institute. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2024/dnr-executive-summary>

- Paiva, R., Collischonn, W., Miranda, P., Petry, I., Dornelles, F., Goldenfum, J., Fan, F., Ruhoff, A., & Fagundes, H. (2024). *Nota técnica: Critérios hidrológicos para adaptação à mudança climática: Chuvas e cheias extremas na Região Sul do Brasil*. IPH/UFRGS. <https://www.ufrgs.br/iph/wp-content/uploads/2024/05/CriteriosAdaptacaoMudancaClimaticaChuvasCheiasExtremasSul.pdf>
- Plentz, G. (2024, maio 12). Mulheres e crianças começam a ser acolhidas em três abrigos exclusivos em Porto Alegre. *GZH*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2024/05/mulheres-e-criancas-comecam-a-ser-acolhidas-em-tres-abrigos-exclusivos-em-porto-alegre-clw4afiw3005k01ca4uadsb8k.html>
- Pró-Reitoria de Extensão. (2024, junho 12). *Lideranças de voluntariado e especialistas desenvolvem guias rápidos de comunicação no contexto das enchentes do RS*. UFRGS/PROEXT. <https://www.ufrgs.br/proext/liderancas-de-voluntariado-e-especialistas-desenvolvem-guias-rapidos-de-comunicacao-no-contexto-das-enchentes-do-rs/>
- Rodas, C. de A., & Di Giulio, G. M. (2017). Mídia brasileira e mudanças climáticas: Uma análise sobre tendências da cobertura jornalística, abordagens e critérios de noticiabilidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40. <https://doi.org/10.5380/dma.v40i0.49002>
- Santos, L. S., & Serafim, M. C. (2020). Quando o desastre bate à porta: Reflexões sobre a ética da gestão pública de riscos e de desastres. *Administração Pública e Gestão Social*, 12(2). <https://doi.org/10.21118/apgs.v12i2.6011>
- Scroferneker, C. M. A., Silva, D. W. da, Amorim, L. R. de, & Florczak, R. (2023). (Re) visitando a trajetória e as contratendências paradigmáticas da comunicação organizacional brasileira na contemporaneidade. In A. de O. Sampaio, G. M. Ferreira, & C. Carvalho (Orgs.), *Comunicação estratégica e gestão de marcas* (pp. 13–22). EDUFBA.
- Scroferneker, C. M. A., Amorim, L. R. de, & Oliveira, R. F. de. (2016). Diálogo e vínculo – contribuições para a lugarização de perspectivas complexas nas organizações. *Revista FAMECOS*, 23(3), e24447. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.3.24447>
- Serra, P. (2007). *Os riscos da comunicação na comunicação dos riscos*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-riscos-da-comunicacao.pdf>
- Silva, A. P., Verbist, J., Luz, M. C., Bento, M. L., Vaz, R., & Montagner, D. W. (2024). Atuação das maiores empresas brasileiras e gaúchas nas enchentes no RS: Mapeamento dos impactos e iniciativas de enfrentamento. In *Anais do Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Intercom. <https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/nacional/17/06272024224412667e156c40e69.pdf>
- Stumpf, I. R. C. (2006). Pesquisa bibliográfica. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2ª ed.). Atlas.
- Trigueiro, A. (2017). *Cidades e soluções: Como construir uma sociedade sustentável*. LeYa.
- Tronto, J. (2008). Sobre los cuidados. *Revue du Mauss*, 2, I–XX.
- Tronto, J. (2020). *¿Riesgo o cuidado?* Fundación Medifé Edita.
- Valencio, N. (2012). *Sociologia dos desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil* (Vol. 3). RiMa Editora.
- Wolton, D. (2010). *Informar não é comunicar*. Sulina.
- World Economic Forum. (2025). *Global risks report*. WEF. https://reports.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_Press_Release_2025_PT.pdf
- Zack, N. (2009). *Ethics for disaster*. Rowman & Littlefield.
- Zémor, P. (2012). As formas da comunicação pública. In J. Duarte (Org.), *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público* (3ª ed., pp. 214–245). Atlas.